

# O “Culto da Saudade” nas Comemorações do Centenário da Independência do Brasil: A Criação do Museu Histórico Nacional, 1922.

Júlia Furia Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo procura analisar a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil que aconteceram na Capital Federal, Rio de Janeiro, em 1922. O Centenário da Independência ocorreu em um momento em que os debates políticos se concentravam em torno do tema da identidade nacional. Desta forma, a criação do MHN relacionou-se com o debate político coevo, procurando definir a partir de sua exposição a identidade e a memória nacional. Estas definições tiveram grande influência de Gustavo Barroso, o fundador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, e sua idéia de “Culto da Saudade”. Assim, com base na análise de periódicos, *anais* do MHN, crônicas e jornais do período procuramos relacionar a criação e a estruturação do MHN, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, com o debate em torno da identidade nacional. Mostraremos, também, como a exposição desenvolvida por Gustavo Barroso procurou apresentar uma visão específica de história e de identidade nacional.

**Palavras-chave:** Centenário da Independência; Museu Histórico Nacional; Identidade Nacional.

**Abstract:** This study seeks to analyze the creation of the Museu Histórico Nacional (MHN), as part of celebrations of the Centenary of the Brazilian Independence, which took place in the Federal Capital, Rio de Janeiro in 1922. The Centenary of the Independence comes at a time when the political debate focused around the theme of national identity. Therefore, the creation of the MHN was related to the coeval political debate, looking to define from its exposition the ideas of national identity and memory. These definitions had great influence of Gustavo Barroso, the founder and Museu Histórico Nacional’s first director, and his idea of “Culto da Saudade”. Thus, based on the analysis from journals, the annals of the MHN, chronicles and newspapers of the period we had try to relate the creation and structuring of the MHN, as part of celebrations of the Centenary of the Brazilian Independence, with the debate about national identity. And also demonstrate that exposition as it had been developed by Gustavo Barroso attempted to present a specific view of history and national identity

**Keyword:** Centenary of Independence; National Historical Museum; National Identity.

“O descaso pelas nossas tradições tem se tornado um crime imperdoável”, é com esta frase de impacto que Gustavo Barroso inicia, em 1912, o artigo “Culto da Saudade” no qual apresenta à situação de abandono em que se encontrava o passado brasileiro. No entanto, em 1922, na ocasião da celebração da efeméride dos cem anos da Independência do Brasil, o cenário por ele apresentando dez anos antes mudou: funda-se no Brasil o Museu Histórico

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UnB), mestranda em História Social, sob orientação da Prof. Dra. Diva Contijo Muniz.

Nacional. Este museu, criado sob a égide das comemorações do Centenário da Independência brasileira, tem como objetivo preservar as glórias do passado nacional.

O presente estudo<sup>2</sup> procura analisar a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil que aconteceram na Capital Federal, Rio de Janeiro, em 1922. A demanda para criação de um museu voltado à história nacional já era identificada desde o início do século XX, entretanto, somente com a aproximação das comemorações que esta necessidade se tornará imprescindível. O MHN surge em um momento em que o debate político intelectual do país se encontra em torno da questão da identidade nacional, que procurava criar uma ruptura com o passado e a tradição lusitana, com o objetivo de inaugurar uma cultura de vanguarda marcada por elementos caracteristicamente brasileiros. Neste momento, reafirma-se a importância do nacional, com a proposta de institucionalização de espaços onde este poderia ser afirmado e enaltecido.

Desta forma, com base na análise de periódicos, *anais* do MHN, crônicas e jornais do período procuramos relacionar a criação e a estruturação do MHN, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, com o debate em torno da identidade nacional. Mostraremos, também, como que a exposição desenvolvida por Gustavo Barroso procurou apresentar uma visão específica de história e de identidade nacional.

A fim de entender as razões que levaram a fundação do Museu Histórico Nacional e o papel por ele exercido durante as celebrações de 1922, torna-se essencial compreendermos o que foi a Exposição Internacional do Centenário e como esta influenciou na criação de um museu histórico. A Exposição teve sua abertura em 7 de setembro de 1922, e duração de um ano. Em 12 de outubro de 1922, menos de dois meses após a abertura do evento comemorativo, foi inaugurado o Museu Histórico Nacional, como parte da Exposição Internacional do Centenário.

O fim do século XIX e o século XX foram marcados por uma nova expressão cultural, as exposições internacionais, que eram uma forma dos países apresentarem aspectos culturais e naturais e suas atividades econômicas para a população de diferentes localidades. As exposições visavam informar as pessoas em massa, ao invés de individualmente<sup>3</sup>:

Embora o século XX tenha presenciado várias exposições de caráter universal foi no século passado que as “exposições universais” viveram o seu apogeu, a partir da

---

<sup>2</sup> Este trabalho baseia-se no terceiro capítulo da monografia de conclusão de curso, “*Os Primeiros Cem Anos do Grito do Ipiranga – O Centenário da independência através dos museus históricos*”, defendida em jun./2009, sob orientação do Prof. Dr. Jaime de Almeida.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre exposições internacionais, ver PESAVENTO, 1997.

primeira Exposição Internacional da Indústria (1851), imortalizada no famoso Palácio de Cristal, símbolo de uma nova época. A esta seguiram-se, entre outras, a famosa Exposição Internacional de Paris (1889 – I Centenário da Revolução Francesa) e a grandiosa Exposição Internacional de Chicago (1893 – IV Centenário da Descoberta da América) (MOTTA, 1992: 66).

As exposições foram em sua grande parte patrocinadas pelos Estados. O Brasil sempre foi um grande incentivador das exposições, desde o período Imperial. Percebe-se que o principal objetivo do Estado ao patrocinar as Exposições era reforçar sua legitimidade, além de utilizar estes eventos como divulgadores da identidade nacional. “Museus, galerias, e, de modo mais intermitente, exposições, tiveram função crucial na formação dos Estados modernos, e são fundamentais para equipá-los, dentre outras coisas, com um conjunto de agências educativas e civilizatórias” (BENNETT, 1988 *apud*. ELKIN, 1997: 122).

Em novembro de 1920, foi decretado<sup>4</sup> a realização em 1922 de uma Exposição Internacional na capital federal como parte do programa de comemoração do Centenário da Independência. A exposição ficou sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que deveria organizá-la a fim de “compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativista e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes” (*Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil – A Exposição de 1922*, 01 jun. 1922 *apud* MOTTA, 1992: 67).

Na exposição havia pavilhões de vários países, dos estados brasileiros e de algumas cidades e municípios, além dos pavilhões organizados pelo Governo Federal de aspecto mais geral em relação ao Brasil. Todos os estados prepararam uma exposição com artefatos típicos, produtos representando seu comércio e indústria, e muito mais. Este foi um evento que mobilizou todo o país.

O museu foi fundado durante a Exposição, ocupando duas salas dentro do Palácio das Grandes Indústrias. Ao longo dos anos foi ganhando mais espaço dentro da edificação, com suas exposições, até que no final da década de 1970 passou a ocupar todo o prédio do arsenal de armas (ALMEIDA, 2002: 383). Sobre o espaço físico do Palácio, que depois viria a ser ocupado pelo MHN, Anamaria Almeida o descreve da seguinte forma:

O “Palácio das Grandes Indústrias” foi instalado no antigo Arsenal de Guerra e Forte do Calabouço. (...). No forte do Calabouço foi erguida uma torre de 35 metros de altura, o “mirante geral da exposição”. Entre a torre e o corpo principal da

---

<sup>4</sup>Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920 (MOTTA, 1992: 67).

exposição, ficava o terraço ajardinado com acesso pelas escadarias. Foi uma das maiores edificações com 6,5 mil metros quadrados, sendo considerado um dos prédios mais bonitos do evento (ALMEIDA, 2002: 373-374).

Nota-se que estas exposições realizadas pelo governo apresentavam uma duração efêmera, e um alcance de público limitado. Com a mesma rapidez que tudo era montado, era desmontado e a exposição ficava apenas na memória da população. Havia então uma necessidade de construção de algo mais permanente, e os museus surgiram como a solução de tornar as exposições algo permanente (Cf. ELKIN, 1997).

A ideia de se construir um museu histórico no Brasil era algo que já vinha sendo discutido por diversos meios. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, há tempo incentivava a construção de um museu histórico nacional. “A proposta do IHGB não chegou a ser aprovada, mas mostra que circulava entre as elites intelectuais e políticas diferentes ideias de como deveria ser um museu dedicado a preservar e expor a memória histórica nacional” (*idem, ibidem*: 127).

Com a aproximação das celebrações de 1922, a ideia de um museu histórico se tornou mais forte, pois queria evitar-se que os convidados dos eventos comemorativos (brasileiros e, principalmente, estrangeiros) pensassem que o Brasil fosse um país que não cultuava o seu passado e fosse indiferente às suas tradições. O pesquisador Adolfo Dumas em sua análise em torno da ideia de se construir um museu histórico no Brasil, explica que o MHN:

(...) surgiu numa fase que se comemorava o primeiro Centenário da nossa emancipação política. As festas da independência levaram o governo à convicção de que se tratava de uma lacuna imperdoável a falta de um departamento oficial que reunisse com objetivo cívico e cultural, metodicamente, tudo aquilo que lembrasse um fato, que marcasse episódios das nossas glórias do passado (1942: 13).

Por esta razão, a inauguração do museu representou uma tentativa de consagrar, em bases permanentes, a construção de uma visão da história brasileira. A história apresentada pelo MHN estava intimamente ligada com a questão da identidade nacional, questão esta que permeava a mente dos intelectuais no período. O museu buscou apresentar uma história nacionalista, que exaltava momentos específicos e procurava exaltar um sentimento patriótico (Cf. SANTOS, 2006). A criação da instituição também partiu de um projeto que buscava consolidar um novo conceito para a nação brasileira, de um país moderno e pronto para o progresso.

A fim de entendermos a história nacionalista empregada no MHN a partir de sua fundação, a figura de Gustavo Barroso é essencial. Gustavo Barroso foi o idealizador, o fundador e o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. A criação do museu pelo presidente da República da época, Epitácio Pessoa, foi apenas um ato político e material, isto por que a ideia concretizada pelo presidente era de Gustavo Barroso. É a Barroso que “pertence, na verdade, a ideia de fundação de um museu histórico no nosso país, destinado a guardar e expor as relíquias do nosso passado, cultuando as lembranças dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens” (DUMAS, 1942: 344), e foi a sua noção de história nacionalista que será empregada na exposição inaugural do MHN.

Gustavo Barroso no seu artigo *Culto da Saudade*<sup>5</sup> já apresentava a falta de interesse que o país dedicava ao passado e a tradição nacional, criticava o descaso em preservar o passado através de celebrações de suas tradições e conservação de seus monumentos. Barroso entende o “Culto da Saudade” como sendo uma relação do presente com o passado, uma forma de tornar vivas suas experiências no contexto contemporâneo (Cf. CERQUEIRA, 2010: 2). Para o diretor do museu o “Culto da Saudade” tratava-se de preservar as tradições e o passado histórico. E o Rio de Janeiro, assim como todo o país, era um local sem tradição, principalmente em comparação com cidades européias, onde os eventos históricos eram sempre recordados (Cf. BARROSO, 1997: 33). Naquele artigo, Gustavo Barroso expressou sua preocupação com a identidade nacional, pois o descaso da população brasileira com as suas tradições e seu passado a impediam de consolidar uma identidade. Para Barroso, não existia uma nação sem passado, sem história, o Brasil deveria preservar a sua. “Assim o MHN foi fundado sob uma ideologia de ‘salvar o patrimônio’ para contribuir com a construção da identidade nacional” (SANTOS, A., 1997: 49).

A historiadora Erika Cerqueira, em análise da obra bibliográfica de Barroso, identifica as correntes históricas que influenciaram o diretor, suas obras e a estruturação do MHN. Para ela a proposta de culto ao passado e às suas glórias, sendo estas apropriadas no presente a partir de um objetivo pedagógico, caracteriza a história escrita por Barroso como uma história *magistra vitae*. A história é então entendida a partir de um tempo homogêneo e progressivo, e desta forma estabelecendo um padrão para os homens do presente.

---

<sup>5</sup> A primeira publicação do artigo ocorreu em 22 de dezembro de 1912, no *Jornal do Comércio* sob o pseudônimo João do Norte (pseudônimo utilizado desde 1907). Este artigo foi re-publicado em 1917 e em 1997, pelo *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. XXIX).

Barroso não compreendia a história apenas como uma Escola que após 2000 anos de existência poderia ensinar aos homens a serem sábios e prudentes, evitando, assim, cometerem os mesmos erros. Preocupava-se, também, Barroso com a veracidade dos fatos históricos, para ele a história “não se faz com calúnias e graçolas, mas sim com fatos, documentação e depoimentos sinceros” (BARROSO, S/D: 217). Identifica-se em Barroso uma grande preocupação com os documentos e arquivos, elementos primordiais para construção de um conhecimento histórico exato<sup>6</sup>. Esta é uma característica comum dos historiadores positivistas, nos quais o método representa o ponto central da pesquisa. Esta preocupação do diretor pode ser notada a partir do fato de que todo o acervo do Museu Histórico Nacional estava presente em sua exposição inaugural, com objetivo de melhor exemplificar os eventos apresentados.

A última característica que a historiadora identifica como marcante nas obras barroseanas, e, portanto, presente na exposição do Museu Histórico Nacional, é a preocupação com a escrita de uma História da Nação, característica comum da Escola Metódica. Para Barroso a história é capaz de despertar “uma espécie de solidariedade capaz de ligar os homens do passado aos do presente, como se todos habitantes do país pertencem a uma coletividade que foi se tornando progressivamente nacional” (CERQUEIRA, 2010: 7).

Foi, principalmente, a partir desta última característica que Barroso passa a defender a ideia de construção de um museu histórico no Brasil. Ele acreditava que tal instituição faria brotar na população um sentimento de nacionalidade. Seria a partir dos ensinamentos representados pela exposição organizada pela instituição que os brasileiros aprenderiam o verdadeiro sentimento patriótico (Cf. SANTOS, M., 1996) e assim passariam a valorizar e cultivar o passado e os heróis da nação.

Além da nomeação de Gustavo Barroso como diretor do Museu Histórico Nacional, decisão feita de forma taxativa pelo então presidente Epitácio Pessoa que sofreu diversas críticas por parte de alguns jornais, que argumentavam que Gastão de Escragnolle Dório – diretor do Arquivo Nacional – seria um melhor diretor devido ao seu trabalho já iniciado no arquivo<sup>7</sup>; a escolha do local foi essencial para a impressão da visão histórica de seu diretor.

---

<sup>6</sup> Em entrevista a um jornal da época Gustavo Barroso declarou que “as moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos de arqueologia e história” por isto sua grande preocupação com o acervo numismático no MHN, por estes serem os documentos que constroem a História (BARROSO, 1929 apud DUMAS, 1997: 27).

<sup>7</sup> O diretor do Arquivo Nacional Gastão de Escragnolle Dório também se articulou na criação de um museu histórico no Rio de Janeiro, mas não obteve tanto apoio e sucesso como Gustavo Barroso.

Isto ocorreu, principalmente, pois Barroso sempre defendeu a criação de um museu militar<sup>8</sup>. Tal perspectiva levou o MHN, em seus primeiros anos a seguir uma exaltação à história militar, com destaque aos heróis nacionais como D. Pedro I e D. Pedro II, sob a dupla influência de seu diretor e da antiga função que o prédio exercia. Além disso, a própria Exposição Internacional apostava neste mesmo projeto, que tinha laços fortes com uma perspectiva evolutiva e de progresso para o Brasil (Cf. SANTOS, 2006).

Embora pudesse parecer irônico instalar o museu histórico num edifício dedicado a exibir máquinas industriais e processos que representavam o presente, se não o futuro, tal justaposição enfatiza o mesmo tipo de evolução histórica que a exposição sobre a escravidão sugeria [o MHN dedicava parte da sua exposição a escravidão negra no Brasil, mostrando desde objetos de tortura à caneta utilizada pela Princesa Isabel para assinar a Lei Áurea]. A Exposição do Centenário, que era em um só tempo evento efêmero e histórico, era o ponto culminante de muitos dos processos históricos representados no museu histórico. Essa dinâmica encapava o fato de que o museu, buscava enfatizar a história militar, e tinha sido fundado em meio a um forte apelo nacionalista pela revivescência das tradições militares (ELKIN, *ibidem*: 132).

O principal objetivo de Barroso e do governo na instituição era fazer um resgate da memória nacional, identificando a nação com uma imagem moderna e progressista. Afinal, esta instituição nasceu nos seios da Exposição Internacional do Centenário da Independência, evento que buscava mostrar ao mundo um Brasil moderno em marcha ao progresso. O museu elaborado pelo diretor podia ser situado “em uma linha nacionalista e militarista típica dos museus europeus da década de 20” (SANTOS, 2006: 34). Era, assim, valorizada uma história política dos grandes heróis e das grandes batalhas.

A nova casa Brasil [nome pelo qual o MHN era conhecido na época de sua fundação], parece desempenhar a função de reconciliar uma sociedade que deve aprender a ser moderna com um passado que em suas coleções apresentava, não como atraso, mas como memória de tradições. Tradições e progressos, vistos com referências comuns a todos os agentes sociais, conformavam assim a nação (NEVES, 1995: 23).

O principal questionamento neste momento no Brasil era acerca de sua identidade. A comemoração do Centenário da Independência girou em torno desta pergunta, que gerava debates entre diversos intelectuais brasileiros, que podiam neste período ser divididos em dois grupos, ambos comprometidos com a construção de um país moderno, mas que oscilavam entre a vanguarda e a tradição, entre a cidade e o campo, entre o mundo urbano e industrializado e o mundo rural e agrícola (MOTTA, 1992: 35). Estes dois grupos eram

---

<sup>8</sup> Grande parte da historiografia de Gustavo Barroso versa sobre a história militar do Brasil e a tradição militar é a principal categoria a ser preservada na visão barroseana.

conhecidos como “os nacionalistas”, que defendiam a modernização e a urbanização do Brasil, e os “ruralistas”, que acreditavam que o Brasil era encontrado no interior e a identidade nacional deveria ser construída com foco na população interiorana, especialmente no sertanejo e no caipira.

O debate em relação ao futuro do Brasil e a questão da identidade nacional seguiram em torno destes grupos apresentados. Entretanto, apesar de apresentarem ideias distintas, o que se percebe na análise dos discursos feitos durante as celebrações do Centenário da Independência do Brasil não foi a escolha por uma ideia específica, mas sim a utilização de diferentes concepções de modernidade, isto se deu, pois ambas estavam preocupadas com o futuro e a modernidade do país.

Barroso, neste aspecto, não se afastou deste dilema e organizou uma exposição que, apesar de seu cunho militarista, tratava da nacionalidade brasileira e da unificação do país, com destaque para o período monárquico. Pode-se entender a inauguração do MHN sob a perspectiva de representar um país voltado para o futuro e modernidade, mas que ao mesmo tempo não desejava perder seus vínculos com o passado e a tradição.

Para uma melhor compreensão de como tais questões foram incorporadas na exposição do MHN por Gustavo Barroso, uma breve explanação sobre a exposição em si torna-se essencial. Inicialmente o Museu Histórico Nacional tinha apenas duas salas dentro do Palácio das Grandes Indústrias, a parte frontal do palácio<sup>9</sup>. Estas salas eram divididas cronologicamente “Da Colônia ao Império” e “Do Império a República”. Segundo Adolfo Dumas (1942), em análise sobre a instituição, a sessão histórica<sup>10</sup> fazia muito sucesso entre os visitantes.

Esta seção é marcada por recordar os grandes episódios e personagens do nosso passado. Importante perceber que esta seção apresenta uma sala para exposição do período monárquico, com destaque para os dois imperadores. Estas salas, com réplicas de estátuas e pinturas dos antigos membros da monarquia brasileira, revelam um passado tranqüilo e magnífico (DUMAS, 1942: 196).

Segundo o *Guia de Visitantes* (Cf. 1924 *apud* SANTOS, 2006: 34, 48-50) o acervo inicial do museu apresentava mais de duas mil peças, sendo elas oriundas de doações particulares e acervos de outras instituições públicas, assim, este acervo inicial apresentava os

---

<sup>9</sup>Com o encerramento da Exposição o MHN ainda dividiu por um tempo o edifício com diversos órgãos públicos. A instituição foi ganhando espaço gradativamente “e, por fim, nas décadas de 1960 e 1970, com a ida das repartições públicas para Brasília, passou a ocupar todo o espaço do complexo arquitetônico” (SANTOS, M., 2006: 31).

<sup>10</sup>Nos seus primeiros anos, o MHN era dividido administrativamente em duas seções: uma de história e uma de numismática.

mais diversos elementos. O acervo, como já apresentado, era exposto seguindo uma lógica cronológica, período colonial e período imperial. Entretanto, percebe-se que mais do que os eventos e os períodos históricos, o grande destaque na exposição é para os personagens que construíram a história nacional. Esta predileção de Barroso pelos personagens históricos torna-se mais nítida com o encerramento da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Com o fim da Exposição, o MHN ganhou mais espaço dentro do Arsenal de Armas, e passa então a nomear suas salas com o nome do personagem de acordo com o período ou evento que esta referenciava<sup>11</sup>.

A dinâmica da exposição baseava-se na apresentação de todos os objetos expostos, assim, tinha-se desde objetos de tortura de escravos, louças de Macau e pratas portuguesas ao trono do Imperador no Senado Federal e o capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I. Adolfo Dumas explica, que ao percorrer a exposição do MHN o visitante a todo o momento é levando a recordar-se dos grandes eventos e personagens do passado nacional:

(...) a grande espada do século XVI, contendo na lâmina uma figura com a balança da Justiça e a legenda “Vive la Justisse”, provavelmente da época de Villegaignon; mais adiante, uma trave da forca de Tiradentes; além das chapas encouraçadas do Alagoas, perfuradas de balas, recebidas quando, sob o comando de Maurity, esse vaso de guerra forçava a Passagem de Humaitá; as cadeias de ferro, que fechavam o rio à altura daquela fortaleza (...) Noutras salas os retratos da época colonial e dos 1º e 2º Reinados; o de Carlota Joaquina; e de D. Escolástica, e o de sua filha, a marquesa de Santos, favorita de D. Pedro I; o de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei; o de D. João VI; o de D. Pedro I, D. Pedro II e D. Maria I; os dos generais Osório e Câmara; maquetes das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Tereza Christina, princesa Isabel e outras muitas produzem impressões duradouras, revelam um passado tranqüilo e magnífico, revivendo flagrantes, materializados, de eras brasileiras (grifo nosso) (DUMAS, 1997:26).

Percebe-se que Barroso não hesitou em imprimir suas predileções pela história do período imperial e pela história militar. Ele acreditava que fora o Estado Imperial o responsável pela unificação da nação brasileira, deixando claro o desgosto com a descentralização promovida pelo regime federalista da República (Cf. SANTOS, 2006). Desta forma, não se preocupou em focar a exposição no progresso brasileiro promovido pelo governo vigente, mas sim, nos símbolos monárquicos. Símbolos estes que remetiam a um Brasil unificado durante o período Imperial.

---

<sup>11</sup> As salas passam seguir a seguinte nomenclatura: a cerca do período colonial temos a sala “D. João VI”; sobre o 1º e o 2º Reinado, respectivamente, salas “Pedro I” e “Pedro II”; nas salas em que se aborda a história republicana do Brasil temos a sala “Deodoro”; havia também as salas dedicadas a eventos específicos da história militar brasileira, com a sala “Família Tamandaré”, sobre a marinha e sala “Duque de Caxias”, sobre a guerra do Paraguai (Cf. DUMAS, 1997:26)

Torna-se importante, neste momento, pontuar que a concepção historiográfica de Barroso, de valorização da história monárquica e reconhecer nesta as raízes da identidade nacional, não foi consenso entre seus contemporâneos. Apesar de atualmente percebermos predominância da historiografia monárquica, logo após a Proclamação da República observou-se uma política voltada para a construção de uma nova memória e história nacional, na qual novos heróis e símbolos nacionais<sup>12</sup> – como, por exemplo, Tiradentes e Zumbi – foram interpelados a fim de mobilizar a sociedade em torno de um novo regime e de legitimá-lo socialmente (Cf. CARVALHO, 2009). A história do período colonial torna-se a menina dos olhos dos historiadores republicanos.

Não obstante a influência republicana na historiografia brasileira nos anos iniciais do século XX Barroso não se encontrava sozinho na defesa do passado imperial. Em oposição à República, formou-se um atuante grupo de monarquistas – composto de políticos excluídos, saudosistas, cultores da tradição e temerosos das mudanças – que buscavam denunciar as arbitrariedades do poder republicano (Cf. JANOTTI, 1998: 130). É neste grupo opositor que podemos localizar Barroso, tendo como principal argumento o abandono do passado pelo governo brasileiro.

Entretanto, esta situação altera-se, segundo Barroso, com o início das celebrações do Centenário da Independência do Brasil. Como parte das comemorações o presidente Epitácio Pessoa revogou o banimento da Família Real, vindo, então, os restos mortais de D. Pedro I para ser enterrado no recém construído Monumento do Centenário, em São Paulo<sup>13</sup>. Para Barroso, não foi apenas a revogação do banimento que marca as mudanças que o Centenário proporcionou para o passado nacional. Em entrevista para a revista “A Pátria<sup>14</sup>” Gustavo Barroso reverencia a figura do Presidente Epitácio Pessoa, que além do ato já citado, cria o Museu Histórico Nacional, instituição que se tornaria responsável pela custódia dos momentos mais importantes da história militar, naval, política e social do Brasil. Epitácio Pessoa, por último ressalta Barroso, voltaria a utilizar a estrela de cinco pontas, o Cruzeiro, símbolo nacional que já havia brilhado no fardão de grandes estadistas e no peito dos heróis nacionais (Cf. DUMAS, 1942: 21).

---

<sup>12</sup> Sobre o assunto ver: MORAES, 2009; MATTOS, 2007; CARVALHO, *ibidem*.

<sup>13</sup> O Monumento do Centenário ou Monumento da Independência localiza-se no Parque do Ipiranga, onde atualmente, encontra-se, também, o Museu Paulista, em São Paulo/SP. Atualmente, não apenas os restos mortais de D. Pedro I, mas de toda a Família Imperial brasileira estão enterrados no Monumento.

<sup>14</sup> Entrevista concedida no dia 24 de agosto de 1922 (Cf. DUMAS, 1942: 21).

Percebe-se que Barroso procurou apresentar na exposição do MHN o que ele compreendia por nacionalidade e identidade nacional, procurando manter-se fiel ao período imperial. Primeiramente, ele buscou representar uma continuidade do Brasil enquanto nação com o Estado português. Em segundo lugar buscou mostrar que a independência do Brasil, em 1822, não era considerada um rompimento com Portugal. Este evento teria sido, na verdade, o início da vida adulta do Brasil, afinal foi enquanto colônia que a nação brasileira teria começado a se formar a partir da demarcação de territórios e unificação dos estados (Cf. SANTOS, 2006).

O que se pode notar, explica a pesquisadora Myrian Sepúlveda dos Santos, é que o “Culto da Saudade” permitiu a união da Nação com uma “pesquisa sistematizada e baseada nas fontes materiais, cujos principais méritos os historiadores herdaram dos antigos antiquários” (*idem, ibidem*: 38). Esta característica torna-se clara ao notarmos que o discurso museológico da instituição era baseado em símbolos nacionais e outros objetos do passado (estandartes, espadas, moedas, brasões ou simplesmente lembranças de nossos avôs), principalmente do passado imperial. O museu, procurando se apresentar como uma instituição de caráter científico, elegeu dentre todos os conjuntos do acervo, a numismática e a heráldica como os principais.

Outra estratégia utilizada para que a instituição ganhasse um caráter mais científico, foi o uso das relíquias. Estas ganharam muito destaque dentro da instituição, isto por que contribuíram para a legitimação científica da exposição. Todos os objetos que remetiam a um passado imperial e a nacionalidade brasileira eram incluídos ao acervo. Isto ocorreu porque Gustavo Barroso entendia que tudo que remetia a um passado identitário merecia ser conservado e preservado. O que levou a exposição de quase todo o acervo.

Percebe-se, também, que a primeira exposição organizada pelo Museu Histórico Nacional não apresentou uma preocupação com o universalismo ou com a filosofia da história. A instituição procurou, “apenas, recuperar o Império, as guerras de independência e até mesmo os feitos dos bandeirantes na época colonial” (*idem, ibidem*: 47). Não era vista nenhuma abertura para a discussão sobre esta história exposta nas salas do Palácio das Indústrias. A história apresentada por Gustavo Barroso através da exposição era uma história passional, na qual o período imperial brasileiro foi apresentado de forma idealizada e inquestionável.

Uma crítica que se faz à organização das exposições do museu no seu início é em relação à falta de ordenação. Não existia uma lógica entre os objetos e as salas,

principalmente se considerarmos o fato de todo o acervo estar exposto. Desta forma, a quantidade de salas abertas ao público era grande e dentro delas não havia uma ordenação, nem ao menos uma divisão entre os períodos políticos da história (Cf. *idem, ibidem*). José Bittencourt (2003), em sua análise da instituição em seus anos iniciais, afirma que para o olhar atual a estruturação do MHN pareceria um “imenso bazar de maravilhas”.

A crítica à despreocupação com o *tempo continuum* na instituição se deve principalmente ao fato de que Gustavo Barroso e sua equipe preferiam tratar a história do Brasil e sua identidade por meio dos grandes heróis e grandes marcos históricos. A divisão das exposições em períodos ou ciclos econômicos, políticos e culturais parecia uma estratégia adequada para quem desejava privilegiar alguns heróis e eventos específicos. Retomando a análise de Bittencourt sobre a instituição, o autor explica que a proposta de Barroso e do museu era a construção de um Estado gerado por um núcleo de guerreiros e heróis que se reproduziam através do culto à tradição (Cf. BITTENCOURT, 2003: 157). O “Culto da Saudade” determinava que se devesse tratar de tudo que se referisse ao conceito de nação.

Ao se analisar a formação histórica da instituição percebe-se que se tratava de uma história oficial com uma forte herança monarquista, doutrinária e nacionalista, representada por meio deste forte vínculo com o passado. Esta abordagem, de voltar ao passado, se afastava dos ideais apresentados pela Comemoração do Centenário da Independência, que era mostrar ao mundo um país moderno e em movimento rápido rumo ao progresso. Gustavo Barroso entendia que a modernidade e o desenvolvimento desejados pelo país não seriam alcançados pelas grandes indústrias, mas sim, a partir do uso dos símbolos que cultuavam a nação e as glórias do passado. Desta forma, pode-se entender, que um dos objetivos do MHN eram também mostrar que o Brasil apesar de ser um país que buscava a modernidade não dava as costas ao passado e a tradição.

Apesar de em alguns momentos o dialogo entre o museu e a Exposição do Centenário não ser tão claro, o museu conseguiu aproximar-se e apresentar uma posição nos debates políticos coevos. Assim, procurando apresentar uma visão de identidade nacional que privilegiava a memória monárquica em detrimento da memória republicana<sup>15</sup>. E que serviu como legitimação do novo governo, que procurava reconciliar a República com o passado imperial.

---

<sup>15</sup> Os dois grupos, republicanos e monarquistas, construíram suas memórias específicas e lutaram por torná-las mais estáveis. Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, 1989; CARVALHO, 1990.

Este papel assumido pelo MHN de legitimador da identidade nacional, a partir do favorecimento da memória monárquica ocorre, pois, como bem explica Vera Lúcia Bottrel Tostes, a atual diretora do MHN, em um museu os trabalhos da memória assumem uma dupla importância. Para ela, os museus são um local no qual

(...) a memória de um fato, de um acontecimento, de um indivíduo, de um grupo ou de uma área de conhecimento é celebrada; em segundo lugar porque, nos tempos modernos, são instituições científicas, cujo objeto é a memória, expressa nos mais diversos suportes (TOSTES, 1997: 4).

A memória, em um museu, é celebrada e constantemente afirmada a partir dos testemunhos presentes, que são a marca que a sociedade (por eles representada) deixa. Através da ligação entre o passado e o presente, cristalizada pelas exposições, os museus criam laços de pertencimento com a sociedade. Os museus, assim como os demais patrimônios de uma sociedade, podem ser considerados uma forma de *anamnese* coletiva aonde se pode conhecer o verdadeiro “eu” da sociedade, a identidade deste grupo (Cf. Hartog, 2006).

Foi com esta concepção de museu como um dos formadores da identidade nacional e que por esta razão deveriam ser associados com a nacionalidade brasileira, que o Museu Histórico Nacional foi criado. Os museus se associam à memória na preocupação em guardar os vestígios do passado no presente, estabelecendo, assim elos com o momento originário que se teria rompido e transformado (CHUVA: 2003). Por estas razões podemos considerar os museus um tipo de “Lugar de Memória”<sup>16</sup>, conforme a definição de Pierre Nora. Os “Lugares de Memória” são locais onde o passado é cauterizado no presente, onde a memória, não mais presente na sociedade, pode ser lembrada, pode ser cultuada (Cf. NORA, 1993).

A identificação do MHN como um “Lugar de Memória” para os brasileiros não ocorreu de forma imediata, isto por que este se localiza em um complexo arquitetônico que não caracteriza nenhum período em específico. Além disto, a falta de reconhecimento, inicial, como parte da memória nacional se deu pelo fato de o museu ter sido criado como um jogo de quebra-cabeças. Primeiramente, ele não apresentava um acervo original e sim uma reunião de peças retiradas de outras instituições. Em segundo lugar, seu crescimento físico aconteceu ao longo de vários anos, começando apenas como parte da Exposição Internacional. Esta falta de

<sup>16</sup> Segundo Nora, “Lugar de Memória” é definido a partir do reconhecimento de três características primordiais: material, funcional e simbólica. Desta forma, segundo o historiador, são lugares “com efeito, nos três sentidos da palavra, material, funcional e simbólico, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993: 21). Percebe-se então que podemos classificar os museus históricos como “Lugares de Memória”, já que estes são instituições não apenas materiais e funcionais, mas que também se revestem de uma aura simbólica.

um espaço físico consolidado dificultava a visualização do museu como um “Lugar de Memória” em seus primeiros anos de vida.

Apesar de não ter sido reconhecido a partir de sua fundação como um “Lugar de Memória”, sua criação foi muito importante para o debate em torno da identidade nacional, o que permitiu posteriormente a sua definição como um símbolo nacional. Na ocasião da fundação do MHN, não existia no país um “Lugar de Memória” que celebrasse a nacionalidade. O Brasil era um país dividido entre os “Lugares de Memória” monárquicos e republicanos. Desta forma, o objetivo ao se criar o Museu Histórico Nacional foi o de unir as duas memórias existentes, e assim fundar um “Lugar de Memória” da nacionalidade brasileira.

Percebe-se, então, que o MHN se associou ao discurso oficial do Governo Federal que buscava mostrar ao mundo que o Brasil era um país moderno. Mas diferente do governo, que na Exposição do Centenário exibiu a modernidade através das indústrias nacionais, o museu apresentava a modernidade brasileira com elementos do passado. Ou seja, a partir do “Culto da Saudade”, os visitantes do museu percebiam que a nação brasileira valorizava seu passado e suas tradições e, assim, estava pronta para o seu desenvolvimento.

A valorização do passado também serviu, como apresentado anteriormente, para consolidar definitivamente a memória imperial na mentalidade brasileira. Pode-se dizer que o principal papel desempenhado pelo MHN no Centenário foi auxiliar na batalha memorial entre monarquistas e republicanos. Em um momento no qual o governo buscava retomar seu passado lusitano, como parte de um processo de construção identitária. A exposição planejada por Gustavo Barroso, que apresentou o período imperial como o grande destaque, se encaixará claramente nestes propósitos.

Portanto, pode se notar que esta instituição desde sua formação esteve sintonizada com os debates intelectuais coevos da sociedade. Utilizando-se da história apresentada em suas exposições como um instrumento, contribuindo para a atribuição de uma identidade, social, provocando modelos e padrões de conduta, inculcando comportamentos e formas de pensar.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Anamaria Rego de. Uma exposição internacional no Rio de Janeiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXXIV, Rio de Janeiro, 2002, p. 372-385.

BARROSO, Gustavo. O “Culto da Saudade”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 32-34.

\_\_\_\_\_. *Nos Bastidores da História do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, s/d.

BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação do discurso de um museu histórico. *Anais do Museu Paulista*. Ano/vol. 8/9, nº 09. São Paulo, 2003, p. 151-176. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/273/27300905.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CERQUEIRA, Erika Morais. Cultuando a Saudade: O Conceito de História em Gustavo Barroso. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio – Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276713531\\_ARQUIVO\\_ErikaMoraisCerqueira.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276713531_ARQUIVO_ErikaMoraisCerqueira.pdf)> Acesso em 03/jul./2011.

CHUVA, Márcia. Fundando a Nação: Representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In. *TOPOI*, v. 4, n. 7, Jul.-Dez. 2003, pp. 313-333.

DUMAS, Adolfo. A ideia de Criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1942, p. 383-397.

\_\_\_\_\_. O Museu Histórico Nacional Através de seus 25 Anos de Existência. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 24-31.

ELKIN, Noah Charles. 1922, O encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e a origem do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p.121-140.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: Jul/Dez 2006, p.261-273.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Dialogo Convergente: políticos e historiadores no início da República. In. FREITAS, Marcos Cézár de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 119-143.

MATTOS, H. Os heróis negros no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In. ABREU, M. et al. (org.) *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENESES, Gerson G. Ledezma. *Festa e forças profundas na comemoração do primeiro Centenário na independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. Tese. Brasília, 2000.

MORAES, R. A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888. In. SOIHET, Rachel et. al. (org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

NEVES, Margarida de Souza. Museu – Memória – História. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXVII, Rio de Janeiro, 1995, p. 19-30.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Vol. 4, nº 2. Rio de Janeiro, 1989, p. 172-189. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/55.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/55.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Ed. Hucit, 1997.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória Cidadã: história e patrimônio cultural. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 37 - 57.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

TOTES, Vera Lúcia Bottrel. 75 Anos do Museu Histórico Nacional: A Mais. Adequada Comemoração. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXIX, Rio de Janeiro, 1997, p. 4-8.